

Ex.^{ma} Senhora Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento da Execução do PRR e PT2030 de Economia

Deputada Dulcineia Catarina Moura

Assunto: Requerimento para Audição do Ministro da Economia, Senhor Dr. Pedro Reis, em conjunto com a Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, no âmbito do alargamento da Comissão Executiva e do Conselho de Administração do Banco Português de Fomento.

Ex.^{ma} Sra. Presidente,

O Banco Português de Fomento (BPF) tem sido, de acordo com o Sr. Ministro Adjunto da Coesão Territorial, uma instituição que, desde a sua fundação, não tem tido o impacto expectável na economia portuguesa e que ainda sofre de muitas insuficiências para colmatar. Neste sentido, também importa frisar que as consequências destas insuficiências estendem-se para a execução das verbas de fundos europeus sendo registados atrasos por parte do BPF, por exemplo, no que toca à execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que já urge de uma celeridade sem falhas. Estando sob a gestão desta instituição também verbas do PT 2030 e InvestEU que chegam aos mil milhões de euros¹, é imperativo e urgente que as falhas sejam corrigidas.

Recentemente, uma nova administração assumiu a direção do BPF, com o alargamento da sua Comissão Executiva e do seu Conselho de Administração. Considerando que recentemente o número de cargos diretivos e políticos por nomeação atingiu o seu máximo desde 2015, de acordo com um estudo do Instituto Mais Liberdade², consideramos imperativo perceber concretamente a justificação do Governo para tal alargamento uma vez

¹ <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/banco-de-fomento-preve-atribuir-146-mil-milhoes-em-garantias-este-ano/>

² <https://www.jn.pt/1650775212/cargos-politicos-disparam-com-costa-e-batem-recorde-no-governo-de-montenegro/>

que “conferir ainda maior equilíbrio”, além de ser uma afirmação abstrata, não parece descrever uma solução para a falta de resultados da Instituição em questão, nem para o aumento dos custos da administração pública.

Neste contexto, também importa perceber a estratégia do Governo para cumprir a sua intenção de levar o Banco Português de Fomento a ter o impacto necessário na economia portuguesa nomeadamente na importância da correlação com o pacote dos fundos comunitários.

Face ao exposto vem o Grupo Parlamentar do CHEGA, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, requerer a audição em comissão do senhor Ministro Adjunto e da Coesão Territorial.

Palácio de S. Bento, 19 de fevereiro de 2025

O Deputado Coordenador do GPCH,

Eduardo Teixeira